

Programa de Índio: criando uma ponte sonora entre as culturas

Angela Pappiani

Jornalista, escritora e produtora cultural. Trabalha há mais de 25 anos com povos indígenas desenvolvendo projetos culturais que valorizam, afirmam e divulgam a tradição e o pensamento indígena. É autora dos livros “Povo Verdadeiro”(Ikore/2009) e “Entre dois Mundos” (Editora Nova Alexandria/2010) e organizadora do livro “Wamrême Za’ra – Nossa Palavra, Mito e História do Povo Xavante” (Editora Senac SP-1998). É diretora da Ikorê onde criou o site Programa de Índio, o projeto Palavras Criadoras e Aldeias Sonoras.

Resumo: Como o Programa de Índio, iniciativa do movimento indígena entre 1985 e 1990, se utilizou do rádio como instrumento de comunicação com o público indígena e não indígena, de forma inovadora e sistemática, com criatividade e originalidade, fortalecendo a identidade e diversidade cultural, mobilizando politicamente o público e as comunidades participantes, num período intenso de transformações políticas e sociais no país.

Palavras-chave: rádio; povo indígena; diversidade cultural; música.

Abstract: How the Indian Program, an initiative of the indigenous movement between 1985 and 1990, used the radio as an instrument of communication with the indigenous and non-indigenous public, in innovative and systematic way, with creativity and originality, strengthening the identity and cultural diversity, mobilizing the public and political communities participating in an intense period of political and social transformations in the country.

Keywords: radio; indigenous people, cultural diversity, music

Três homens, de etnias diferentes, com cara, jeito, língua-materna, corte de cabelo, pensamento diferentes, entram no pequeno estúdio e, frente aos microfones, falam...

Do outro lado do vidro, num gravador de rolo, suas palavras são capturadas e magnetizadas. Seu pensamento, assim transformado, retido e dispersado depois nas ondas sonoras, desafia o tempo e as distâncias Magia do homem branco!

Os três homens que se lançaram a essa aventura sabiam muito bem o que estavam fazendo. E onde queriam chegar: estabelecer contato direto com milhares de pessoas que estariam, distantes no tempo e no espaço, ouvindo suas “belas palavras” através dos receptores de rádio

Em junho de 1985 foi ao ar, pelos 93,7 MHz da rádio USP de São Paulo a primeira edição do Programa de Índio, apresentado por Álvaro Tukano, Ailton Krenak e Biraci Yawanawá. A primeira experiência do povo indígena do Brasil em rádio. Uma iniciativa do Núcleo de Cultura Indígena, braço oficial da União das Nações Indígenas.

Três jovens lideranças do movimento indígena, com domínio da língua portuguesa, se apropriavam de um veículo criado pelos “brancos” para pacificar esses companheiros de trajetória do planeta Terra. Como diziam: “um Programa de Índio para amansar branco”.

O Programa de Índio, com 30 minutos semanais, ficou no ar de 1985 a 1990, com duas pequenas interrupções por ocasião de mudanças na direção da Rádio USP. O programa foi distribuído também para outras emissoras educativas e/ou comerciais, em outros estados do Brasil como a Rádio EFEI (MG), Rádio Universidade de Santa Maria (RS), Rádio Kaiowas (MS).

Foi o primeiro programa de rádio criado e conduzido por pessoas indígenas com a proposta de aproximação com o Brasil, de divulgação das tradições indígenas, de defesa dos direitos, com informação, história, música, cultura, humor, beleza.

Foram mais de 200 programas produzidos nesse período. Por falta de estrutura e recursos, muitos dos programas que eram gravados e editados em fitas de rolo de 1.200 pés, foram apagados antes de serem copiados em fitas cassete. Mas todo o acervo que foi preservado por mais de 20 anos foi recuperado e digitalizado entre 2008 e 2009, dentro de um projeto patrocinado pelo Edital Petrobrás Cultural. Os programas estão disponíveis no site www.programadeindio.org com o áudio original e informações sobre os povos indígenas, pessoas, instituições participantes e um blog com informações atuais.

Participaram do programa todas as lideranças indígenas importantes da época em depoimentos e entrevistas feitos muitas vezes nas aldeias, ou em eventos que reuniam essas lideranças. Políticos, aliados, estudiosos, intelectuais também tiveram espaço trazendo informações e reflexões.

Uma história mal contada

Mas para se entender o ineditismo da iniciativa do Núcleo de Cultura Indígena e a importância do Programa de Índio para a afirmação da identidade e a divulgação do pensamento indígena, é importante fazer uma rápida visita à história dos povos indígenas na sua relação com o Estado e a sociedade brasileira. Sem aprofundar o assunto, mas com algumas informações básicas para contextualizar essa relação e a década de 1980.

O massacre e o genocídio das populações indígenas na América do Norte e América espanhola são bastante documentados. Intelectuais e religiosos da época e, mais recentemente, pesquisadores e autores indígenas, relatam a tragédia da ocupação do novo mundo por uma “civilização” que dizimou a população local, seu conhecimento, sua arte, seu modo de estar no mundo.

No Brasil, a questão da ocupação do território e a relação do Estado e dos colonizadores com os povos indígenas estão ainda encobertas por interesses, ou desinteresses, contrários a sua elucidação. São poucos os estudos ou a literatura sobre este assunto, tão complexo e polêmico.

Existiam aqui, quando os primeiros europeus chegaram, cerca de dois mil povos indígenas diferentes, identificados de alguma maneira por documentos da época. Milhões de pessoas indígenas, ocupando todo o território que depois seria denominado de Brasil. Populações diversas, com relações de parentesco, alianças, estratégias políticas, trocas, se movendo, construindo uma economia, interagindo com a natureza. Sociedades complexas, com domínio do espaço, com conhecimentos sofisticados sobre arquitetura, agricultura, extrativismo, manejo das florestas, biotecnologia. Uma forma de ocupar e entender o mundo, garantindo a vida e a sobrevivência, a arte e a cultura.

Desses povos identificados, sobreviveram 220 etnias com uma população de cerca de 750 mil indígenas, em todos os Estados da federação. Desapareceram para sempre, nada menos que 1600 povos, com sua história e conhecimentos. De alguns desses povos ficaram imagens registradas por viajantes, referências em relatos da época ou objetos de arte em museus do mundo todo.

Difícil imaginar o que se passou de verdade nos primeiros séculos de ocupação do país, a extensão do choque cultural provocado pelo “desencontro” desses dois mundos. Os relatos e os registros que os europeus deixaram dessa época são filtrados pela cultura e pelo pensamento daquele tempo, estão permeados pelos interesses, pela dificuldade de entendimento e pelos medos. Os outros personagens da história - os povos indígenas - não deixaram registros sobre o encontro com o branco, apenas referências que passaram a integrar as narrativas e os mitos transmitidos para as novas gerações.

Para os estrangeiros que chegaram, num primeiro momento os indígenas eram animais sem alma, passíveis de serem caçados, aprisionados, escravizados, trocados ou dizimados para liberarem as terras, recursos naturais e espaço para os homens de bem que traziam civilização e desenvolvimento para o novo mundo.

Em algum momento os gentios foram defendidos pela igreja que via naquelas populações o novo rebanho capaz de movimentar também recursos e investimentos da matriz, justificando a presença de grande número de “pastores” e uma poderosa infra-estrutura.

Mas quando não serviam como escravos, de corpo ou espírito, quando impediam o progresso e colocavam em cheque a nova ordem, podiam ser exterminados, com cartas régias ou decretos oficializando as guerras justas, com pagamento por pares de orelhas entregues ao governo local. Na guerra contra os povos indígenas foram usadas armas de fogo, veneno, guerra bacteriológica - com roupas contaminadas distribuídas às populações indefesas, rapto e estupro, lavagem cerebral, imposição da fé cristã, quebra da organização social e política das comunidades.

Esse pensamento, apesar de séculos passados, apesar de tantas modernidades e toda globalização, ainda perdura em muitas regiões do país, inclusive no planalto central.

Alguns povos indígenas, amansados e reunidos, tiveram reconhecidos seus primeiros direitos a um pedaço de terra a partir do final do século XIX. A esperança do Estado era de que os aldeamentos forçados se desenvolvessem, transformando-se em vilas e cidades, com a ajuda, quase sempre das missões religiosas.

E isso foi o que realmente aconteceu em toda a costa brasileira e nas regiões ocupadas pelos ciclos econômicos. Muitos povos foram aliados, com seu conhecimento do território e dos recursos naturais, em guerras e conflitos ao lado dos portugueses ou dos franceses e holandeses.

Num determinado momento da história, por influência européia, a idéia romântica do bom selvagem invadiu principalmente as artes, criando a imagem idealizada do índio galã, como Peri, de José de Alencar, ou o bravo guerreiro de I Juca Pirama, de Gonçalves Dias. E, antes do carnaval, o índio cheio de plumas foi personagem até de ópera, como o Guarani, de Carlos Gomes e de paradas festivas em cidades européias.

Mas o índio real, gente de verdade, com pensamentos, sentimentos, conhecimentos, desejos e capacidades, não aparece. Não há espaço para a manifestação desses milhares de pessoas, que, reduzidas a não mais do que 700 etnias no final do século XIX, tentam fugir para o interior do país, para regiões mais distantes e ainda não identificadas pelos interesses dos brasileiros.

No começo do século XX, há uma mudança real na política relacionada aos povos indígenas, inspirada nos ideais positivistas. Heróis nacionais como o Marechal Rondon, antropólogos e estudiosos como Levy-Strauss ou mesmo Roquette-Pinto, passam a defender a vida e os direitos da população indígena, reconhecendo a complexidade e importância dessas culturas.

Pela primeira vez o indígena é enxergado com diferenças culturais que devem ser estudadas, analisadas e preservadas nos livros. Mas a meta final é a incorporação dessas populações à sociedade nacional, de uma forma mais humana, lenta e acompanhada pelo Estado, com prazos estipulados para o fim dos povos diferenciados, com a unificação da nação brasileira.

Mais uma vez as missões religiosas são valorizadas na empreitada de civilizar o gentio, fazendo-os abandonar suas crenças demoníacas, vestirem-se com as roupas e com o pensamento branco, passando a produzir em suas terras transformadas em fazendas, ou sendo capacitados para o mercado de trabalho como alfaiates, costureiras, sapateiros, empregadas domésticas etc.

Essa política indigenista da primeira metade do século XX conseguiu domesticar muitos dos povos indígenas contatados até essa época, reduzindo as terras de ocupação tradicional a propriedades rurais, fazendo desaparecer idiomas indígenas e manifestações culturais que davam sustentação sócio-política e espiritual a esses povos.

Por ironia do destino o primeiro e único herói indígena reconhecido no Brasil é Sepé Tiaraju. Declarado “herói guarani missionário rio-grandense” pela Lei nº 12.366, foi morto defendendo o modelo de civilização imposto pelos Jesuítas no sul do país, a República Guarani, que tinha na época o maior rebanho de gado das Américas, junto a mais de 1500 guaranis que também perderam a vida nessas batalhas. Sepé Tiaraju virou santo popular no Sul do país, nome de estrada, nome de cidade, personagem da literatura nacional.

O povo indígena no século 20

Em meados do século passado houve uma outra grande investida a regiões do país ainda não ocupadas. A grande marcha para o oeste, no Governo Getúlio Vargas, conhecida como as *novas bandeiras*, foi uma ação organizada, contou com recursos nacionais e internacionais e desbravou e incorporou um enorme “vazio”, mobilizando profissionais para a pacificação de dezenas de povos indígenas até então sem contato.

Esse momento da história do Brasil foi fartamente documentado e, de forma planejada e controlada, ganhou a mídia. Imagens de índios nus atacando aviões com flechas e bordunas foram capas de revistas e manchetes nos cine jornais. Depois, os bárbaros e selvagens apareciam dóceis, orgulhosos com os presentes dos civilizados. Com roupas e chapéus, os guerreiros sorriam para as câmeras. Até casamentos arranjados entre índios e brancos foram manchetes. A Índia Jacuí se casou com um fotógrafo no Rio de Janeiro, com festa concorrida pela elite do país. Dessa vez, o povo indígena aparecia em toda a mídia nacional para mostrar ao mundo um novo momento de relação entre o Brasil e seus índios. Mas não tinham voz, nem personalidade. Eram os selvagens transformados em crianças inocentes e indefesas, exóticos brinquedos servindo aos interesses econômicos e políticos.

Na década de 1970 outra frente de ocupação chegou, dessa vez, à Amazônia, em pleno regime militar. Mais uma vez grupos inteiros foram removidos de suas terras ou extintos, justificando a ocupação das fronteiras do país, a colonização de mais esse grande vazio, o desenvolvimento da nação, a segurança nacional. Apesar do grande controle à imprensa, massacres contra povos indígenas da Amazônia chegaram a ser noticiados e ainda hoje ganham projeção em livros e filmes como *Avaeté: Semente da Vingança* (1985), de Zelito Vianna e o recente e premiado *Corumbiara* (2009), de Vincent Carelli.

No final da década de 1970 uma transformação significativa começa a acontecer. Jovens lideranças indígenas, com domínio do português e compreensão dos

mecanismos de dominação do Estado brasileiro passam a atuar junto a suas comunidades, defendendo os direitos de seu povo e buscando interlocutores junto à sociedade civil para fazerem frente às políticas e planos governamentais. A sociedade civil, que se organizava contra a ditadura, é importante aliada dos povos indígenas nesse momento da história do país, surgindo, em vários Estados, associações de defesa dos povos indígenas.

Mas somente no final dessa década conseguem se reunir num movimento que, pela primeira vez na história, junta povos até então inimigos tradicionais contra um inimigo maior e mais poderoso. Surge a União das Nações Indígenas - UNI, reunindo jovens estudantes indígenas, que viviam em cidades grandes como Brasília, Campo Grande, Cuiabá e São Paulo, e as lideranças tradicionais das aldeias, que davam o caráter tradicional à organização do movimento.

Pela primeira vez os povos indígenas organizados se apropriam dos meios de comunicação de massa, entendendo a importância de revelar sua identidade, de informar aos brasileiros sobre sua realidade e necessidades. Passam a ter voz, a expressar seu pensamento, convocando coletivas de imprensa para divulgar as assembleias indígenas e suas reivindicações e ações. A UNI edita um jornal impresso na cidade de São Paulo, o *Jornal Indígena*, usando a língua portuguesa para a comunicação com as aldeias e também com a sociedade civil e os veículos de comunicação. O custo da edição e impressão, a dificuldade na distribuição do jornal e a limitação da linguagem escrita fazem a UNI rever a eficácia desse meio e discutir novas formas de comunicação.

O rádio surge como resposta às necessidades do movimento indígena nesse momento. Por suas características básicas que, de forma empírica, os indígenas já sabiam identificar: o uso da linguagem oral, a possibilidade do uso de outros idiomas na comunicação, o baixo custo e a facilidade na produção, a abrangência de um grande público, a possibilidade de gravar os programas em fitas cassete e distribuir às aldeias ampliando o tempo de vida do programa, a possibilidade do uso de outras linguagens na comunicação como as histórias, as narrativas tradicionais, a música, os sons naturais das aldeias.

A Rádio USP

A cidade de São Paulo era sede do departamento de comunicação da União das Nações Indígenas, que ocupava uma sala cedida ao movimento pelo Instituto Sedes Sapientiae, em Perdizes, que abrigava também a Comissão Pró Índio de São Paulo e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Ailton Krenak e Álvaro Tukano eram os responsáveis pelas estratégias e ações de comunicação do movimento e buscaram profissionais, voluntários e aliados para seu trabalho.

Como jornalista, trabalhando em veículos da grande imprensa desde 1976, meu envolvimento com a UNI era de colaboradora, ajudando nas convocações de coletivas de imprensa, na elaboração de releases, na edição do *Jornal Indígena*, nas discussões sobre as estratégias de comunicação do movimento.

Quando a realização de um programa de rádio foi colocada em discussão, no início de 1985, a maior preocupação era qual emissora de rádio poderia acolher a proposta, num momento político ainda delicado.

O conceito do programa era muito simples: falar com os ouvintes, de maneira bastante informal, como se fosse uma conversa ao pé do fogo, trazendo as informações, notícias, músicas que nunca haviam sido transmitidas pelo rádio. Abrir o microfone para as pessoas indígenas, lideranças, pajés, jovens estudantes, professores; em alguns momentos também para os aliados, políticos, pensadores, estudiosos que colaboravam com o movimento indígena e até para pessoas

dentro e fora do governo, que viam o povo indígena como inimigo do progresso e da segurança nacional.

Não havia uma idéia clara sobre o público do programa. Mas a iniciativa seria voltada para a população urbana, formada pelos “brancos” - que são também, os pretos, os amarelos, os mestiços, os imigrantes. Como dizia Ailton Krenak, se apropriando de um termo usado pelos indigenistas, era um programa para “amansar o branco”, civilizar essa gente distante, com um pensamento tão diferente dos povos indígenas, tornando-os mais humanos, numa relação de encontro verdadeiro, de trocas e de conhecimento mútuo. Tocar e transformar pelo coração, permitindo a uma população sem nenhuma informação sobre os povos indígenas um mínimo de contato com outras realidades, outros pensamentos e modos de vida, com a história não contada, com as raízes do país não reveladas.

A Rádio USP foi cogitada como uma das únicas possibilidades de veiculação do programa por seu caráter educativo, vinculação a uma universidade comprometida com as lutas democráticas da época e principalmente pelo caráter experimental e aberto da programação, sob comando do diretor Luiz Fernando Santoro.

A proposta do Núcleo de Cultura Indígena da UNI foi aceita imediatamente pela direção da rádio, sem questionamentos sobre o conteúdo ou formato do programa, confiando plenamente na capacidade das pessoas envolvidas no projeto. Ailton Krenak, com seu discurso criativo e contundente, era uma liderança já bastante conhecida e respeitada, com grande entrada nos meios de comunicação. Ele e Álvaro Tukano tinham uma longa trajetória no movimento indígena, respeito e reconhecimento das comunidades e lideranças indígenas e também dos aliados à época.

Um programa piloto foi gravado em junho de 1985, reunindo no estúdio número 1 da Rádio USP, Álvaro, do povo Tukano do Alto Rio Negro, Amazonas; Ailton, do Povo Krenak do Vale do Rio Doce, Minas Gerais e Biraci Brasil, liderança do povo Yawanawá, do Rio Jordão, Acre que estava em visita de trabalho à UNI em São Paulo. Esse mesmo programa foi ao ar em 30 de junho, como o primeiro de uma série de mais de 200 programas que ficaram no ar de 1985 a 1990.

Enfrentando os desafios

Coube a mim o trabalho de produção do programa, organizando as agendas dos apresentadores e convidados, a relação burocrática com a rádio, as necessidades técnicas, a pesquisa ao material musical, muito precário e difícil na época.

A pauta de cada semana era discutida e decidida com a colaboração de outros integrantes da UNI, consultados por telefone ou carta. A dificuldade na comunicação com as aldeias era enorme. No interior do país, somente as cidades maiores tinham sistema de telefonia. Muitas vezes a comunicação era feita por rádio amador com o sinal transmitido de dentro das aldeias para postos de telefonia regionais e depois retransmitido para São Paulo.

A notícia do programa se espalhou muito rapidamente entre as comunidades indígenas. De norte a sul do país, em alguns meses, quase todas as aldeias sabiam que uma emissora de São Paulo podia colocar suas vozes e pensamentos no ar, para todos ouvirem. Os gravadores cassete eram muito populares entre os povos indígenas. O Deputado Mário Juruna, do povo Xavante, tinha conquistado fama nacional e até uma cadeira na Assembléia Legislativa com mandato entre 1983 e 87 graças a sua peregrinação com seu gravador cassete, registrando a palavra dos políticos e cobrando sua verdade.

A produção do programa passou a receber fitas cassete gravadas nas aldeias com informações e notícias que não chegariam de outra forma ao público. Lideranças

passaram a gravar depoimentos, músicas e informações durante suas viagens pelo país e os encontros e assembleias indígenas eram momentos especiais para a documentação da voz e da realidade desses povos até então emudecidos pela história.

Não havia nenhuma dúvida quanto ao conteúdo do programa. As linguagens e recursos usados em cada edição variavam de acordo com o tema, o local de origem do programa, o momento político e até com o humor dos apresentadores ou convidados. Não faltava assunto ou matéria prima para a produção. As dificuldades maiores eram de ordem técnica. As fitas com as gravações das aldeias demoravam muito tempo para chegar a São Paulo. Muitas vezes, quando chegavam, não tinham as condições mínimas para sua reprodução porque eram fitas reaproveitadas, em péssimas condições de conservação. Outra dificuldade era a limitação do uso do estúdio da Rádio USP, com dia e horário específico reservado para gravação do Programa de Índio que não coincidia com a agenda das lideranças na cidade. Outra situação comum eram as ligações feitas por telefone diretamente dos locais onde grupos indígenas estavam fazendo algum protesto ou ocupação de órgãos de governo e queriam que suas falas fossem ao ar.

Foram muitas as estratégias de relação com as aldeias para melhorar as condições das fitas e gravações recebidas, muita dificuldade técnica para ser superada quando o estúdio oferecia recursos mínimos, muita mágica e jogo de cintura para equilibrar a relação com centenas de tribos diferentes, com demandas e tempos diferentes. E tudo isso sem recursos próprios da UNI para a produção.

Um estúdio próprio

Um ano depois do programa no ar, diante dos resultados positivos que alcançava, o Núcleo de Cultura Indígena conseguiu apoio da Fundação Ford para um projeto de produção dos programas. Com os recursos, o Núcleo adquiriu um equipamento básico, montou um pequeno estúdio em outra sala cedida pelo Instituto Sedes Sapientia e pode remunerar um técnico em meio período, conseguindo autonomia para as gravações de entrevistas e edição do material recebido das aldeias. Isso trouxe mais liberdade e recursos para ousar nos formatos do programa.

Com essa autonomia, o Núcleo pode distribuir os programas gravados para outras emissoras, em outros Estados do país. A primeira emissora a retransmitir o Programa de Índio foi a Rádio EFEI, da Faculdade de Engenharia de Itajubá, MG. Depois vieram a Rádio Universidade De Santa Maria, RS, e a Rádio Caioá de Dourados, MS. Algumas outras emissoras retransmitiram o programa por períodos curtos como a Rádio Educadora de Petrópolis, a Rádio Rio Branco e outra emissora em Aracaju.

Quando o Núcleo, a partir de 1989, ocupou a Casa do Sertanista com um centro cultural denominado Embaixada dos Povos da Floresta, a parceria com o estúdio Quilombo, de Milton Nascimento, e a doação de equipamentos de uma fundação norte-americana, permitiu a construção de um estúdio com condições mais adequadas ao trabalho. Esse estúdio permitiu ainda ao Núcleo a realização de outros trabalhos áudio-visuais, a formação de pessoas indígenas na produção de programas, a documentação das atividades realizadas pela instituição.

O público do programa

Quando o Programa de Índio começou em 1985, a equipe de realização sabia quais os objetivos que queria atingir e tinha o domínio da linguagem e do conteúdo. Mas para quem eram dedicados os programas? Qual era o público do outro lado das ondas sonoras?

A proposta, desde o início, era de estabelecer uma comunicação com os não índios, levando informações para a população urbana e, no caso da Rádio USP, para a cidade de São Paulo. Imaginávamos que esse público era formado por estudantes, educadores, profissionais liberais, jovens, gente com algum interesse na questão indígena.

Logo nas primeiras semanas do programa, cartas de ouvintes chegaram não só da capital, mas de cidades mais distantes que conseguiam sintonizar a Rádio USP e o público se revelou formado por pessoas de todas as idades: de crianças e adolescentes, até aposentados. Gente de todos os níveis sociais, de donas de casa a policiais, de professores e estudantes a empresários. E, para nossa surpresa, vários indígenas, incógnitos na grande cidade, trabalhando em várias profissões, sem assumir sua identidade, se revelavam nas cartas. Muitos ouvintes afirmavam suas origens indígenas, as histórias de avós pegas a laço se repetiam. Esse público podia escrever sobre suas origens e sonhos, sobre seus medos e desejos, assumindo as raízes ou as origens, com orgulho.

A única forma de comunicação com os ouvintes eram as cartas. E semanalmente muitas chegavam tanto de São Paulo, quanto dos outros Estados onde o programa era retransmitido. Dourados, no Mato Grosso do Sul, é uma cidade encravada dentro de uma área indígena do povo Kaiowá. A Rádio Caioá, que retransmitia o programa, era a única emissora comercial e justamente num lugar onde há enorme preconceito contra o povo indígena e inúmeros conflitos pela posse da terra.

As informações transmitidas pelo programa mobilizaram os Kaiowá que eram assíduos ouvintes e ativos participantes, enviando fitas gravadas e informações. A população regional também se manifestou, admitindo em cartas a ignorância sobre a cultura indígena e a compreensão sobre a necessidade de proteção aos direitos dessa população tão marginalizada.

Alguns recursos foram usados para medir e incentivar a participação dos ouvintes como sorteio de discos e livros e a votação para os prêmios que o programa instituiu como o Prêmio John Wayne, para o inimigo número um do povo indígena que teve várias edições e centenas de votantes.

Programa de Índio era veiculado semanalmente, com 30 minutos de duração mas dezenas de cópias eram feitas para atender a uma demanda de professores, estudiosos e indígenas. Cópias dos programas também eram solicitadas pelas aldeias que tinham participado do programa ou por aldeias que queriam conhecer a realidade de outros povos indígenas. Assim, sem que fosse o objetivo inicial do Programa de Índio, ele passou a ter um público grande de pessoas de várias etnias, promovendo uma comunicação interna ao movimento indígena.

O Jornal Indígena falado

Além dos mais de 200 programas produzidos e veiculados pelas rádios, o Núcleo de Cultura Indígena realizou também programas temáticos especiais, com uma hora de duração, reproduzidos em fitas cassete e enviados para as aldeias de todo o país. Esses programas foram produzidos no período de 1986 a 1988, quando se construía a Constituição Brasileira com a presença marcante dos povos indígenas.

A linguagem e o formato desses programas, chamados de Jornal Indígena, eram mais informativos, com muitas entrevistas e depoimentos de lideranças e autoridades indígenas e esclarecimentos sobre o processo Constituinte. Temas como saúde, educação, terras, cultura foram abordados por diferentes etnias, dando voz a muitos protagonistas da história indígena.

A distribuição das fitas era feita com base em listagens de aldeias fornecidas pelas próprias lideranças do movimento indígena e os programas eram ouvidos coletivamente, suscitando discussões dentro das aldeias e respostas para a produção do programa.

A grande dificuldade era atender a uma demanda cada vez maior de aldeias e a logística da distribuição. Algumas fitas viajavam até dois meses para chegar ao destino, por correio, barco, avião. Uma rede informal de distribuidores que envolvia funcionários da FUNAI, missionários, leigos, professores, estudiosos, antropólogos, médicos e equipes de saúde, exército etc. Pessoas comprometidas com o povo indígena, independentemente das instituições para as quais trabalhavam.

Visitando algumas aldeias, 15 anos depois da realização do Programa de Índio e do Jornal Indígena, encontrei ainda fitas cassete com cópias dos programas, guardadas como preciosidade pelas comunidades e ainda ouvidas, por outras gerações.

Pelo caráter informativo e pela presença das pessoas indígenas, esses programas podiam ser ouvidos infinitas vezes, sem se esgotarem, gerando sempre discussões novas nas comunidades, despertando para novos aspectos da questão, sendo constantemente atualizados. Como as narrativas tradicionais, que são atemporais.

Os seminários de rádio indígena

A notícia da realização do Programa de Índio se espalhou também para fora do país e já em 1986 a produção do programa foi convidada a participar de um Seminário Internacional sobre Rádio Indígena, em Quito, no Equador. A experiência do Núcleo de Cultura Indígena era completamente diferente das outras iniciativas. Os países latino americanos tinham, nessa época, uma tradição de rádios indígenas promovidas por missões religiosas, católicas ou não, e por governos. A Bolívia, o Peru, o Equador e o México tinham dezenas de emissoras transmitindo conteúdo em línguas indígenas para uma população de milhares de ouvintes. Mas a propriedade dos meios e do conteúdo dos programas era da igreja ou do governo, com uma programação “educativa” voltada à melhoria nas condições de vida da população, de acordo com a idéia dos que detinham essa propriedade dos meios.

A experiência brasileira chamou a atenção dos indígenas que acompanhavam docilmente os participantes do seminário, que eram, quase que na totalidade, estudiosos, antropólogos, representantes de governos, ou missionários. No Brasil não tínhamos uma “rádio indígena”, não havia uma programação diária com conteúdo em línguas nativas, nem programas educativos. Mas o comando do Programa de Índio era dos povos indígenas, sem controle ou censura ou direcionamento por parte da emissora ou de qualquer outro órgão ou instituição. Com um pequeno gravador cassete, e com duas horas por semana de estúdio de rádio podíamos fazer muito, alcançar um grande público e difundir um pensamento novo.

Essa possibilidade motivou muitos parentes indígenas de outros países, revelando que com um pequeno aparato se podia produzir programas independentes e distribuí-los com igual liberdade.

Outros seminários se seguiram nos anos posteriores em La Paz, Cidade do México, Santiago do Chile e Dakar, no Senegal. Essas viagens possibilitaram à produção do Programa de Índio um contato direto com outras experiências de rádio e populações indígenas nesses países. O México foi um parceiro especial, onde pudemos visitar, em três ocasiões diferentes, várias emissoras criadas pelo

Instituto Nacional Indigenista e promover um intercâmbio forte e duradouro com povos indígenas do país.

Vinte anos sem o Programa de Índio

Em dois momentos, quando houve mudanças na direção da Rádio USP, o Programa de Índio ficou fora do ar. Os argumentos foram sempre os mesmos: o programa não tem qualidade técnica, os locutores não têm voz adequada, não há roteiro para os programas, há críticas ao governo e a instituições, os “índios” não se expressam adequadamente.

Nas duas ocasiões houve protestos dos ouvintes do programa que enviaram centenas de cartas à direção da Rádio e à Reitoria da Universidade. Os protestos obrigaram a nova direção da rádio a negociar a volta do programa e, nas duas ocasiões, a proposta foi a mesma: “tudo bem, o programa volta mas com um locutor oficial que vai apresentar o roteiro aprovado pela direção da rádio, com conteúdo mais informativo e educacional”.

É claro que a direção do Núcleo de Cultura não aceitou as condições e o programa acabou voltando ao ar, com seu conceito e conteúdo preservados graças à pressão dos ouvintes. Na terceira mudança na direção da rádio USP, em 1990, quando o programa mais uma vez foi tirado do ar, mesmo com os protestos dos ouvintes e das comunidades indígenas, a direção do movimento indígena decidiu pelo encerramento definitivo da iniciativa.

Um novo tempo apontava caminhos diferentes para o Núcleo de Cultura Indígena, novas propostas de comunicação com o grande público e com as comunidades indígenas. Foram realizadas várias exposições de fotografia e arte indígena, produzidos CDs de música tradicional, vídeos e documentários, cursos para educadores, livros, parcerias com artistas renomados. Mas o programa de rádio deixou saudades.

Tecnologias

Para os povos indígenas, mesmo antes do contato com a cultura hegemônica do dominador, tempo e cultura sempre foram dinâmicos. As etnias se movimentam no território, estabelecem contatos com outros povos, trocam experiências, tecnologias, arte. Idiomas interagem, relações políticas e sociais são estabelecidas. Quando o contato com o branco se dá, ele é sempre com o que a sociedade nacional tem de mais avançado em tecnologia. Assim, as aldeias na floresta conhecem primeiro o avião e o helicóptero do que o carro. O GPS, o computador, o celular por satélite chegam a lugares onde ainda não há eletricidade e que não passaram pelos estágios anteriores da tecnologia.

Da mesma forma, os primeiros europeus chegaram em naus equipadas com o que havia de mais avançado para a época e os povos nativos conheceram o metal forjado, a arma de fogo, o astrolábio, os mapas.

Os vinte anos que separam o final do Programa de Índio e o momento atual foram vertiginosos em mudanças tecnológicas. As relações em nosso planeta foram transformadas com o surgimento da grande rede de computadores. Os desafios enfrentados pela produção do programa na década de 80 seriam inconcebíveis para a nova geração digital. Carta por correio, gravador de rolo, telefone discado, ausência da internet...

Nas aldeias a tecnologia digital chegou e tomou conta. Mesmo pessoas que pouco falam o português possuem um telefone celular e se conectam com outros indígenas, em seu idioma nativo. O cerco cada vez mais violento às áreas indígenas promoveu, por outro lado, a proliferação de antenas de celular. A energia solar e a

telefonia via satélite permitem a aldeias no interior da Amazônia o acesso à rede. Os povos Ashaninka e Yawanawá, dos primeiros a se conectarem com a nova tecnologia, usam os benefícios do sistema para a proteção de seus territórios, para a denúncia de invasões e para o monitoramento remoto de suas terras. O povo Suruí estabeleceu convênio com o Google Earth para monitoramento de seu território. Os Yanomami usam o computador em programas de educação.

Nesse contexto de avanços tecnológicos e de protagonismo das comunidades indígenas, nada mais natural do que a apropriação da rede para a comunicação e para um novo momento de lutas por direitos básicos já garantidos pela Constituição mas nunca efetivamente praticados.

O panorama mundial também passou a valorizar a diversidade cultural e o direito das populações diferenciadas terem espaço e garantias para a preservação e continuidade de suas culturas. No Brasil, o Ministério da Cultura sob o governo do presidente Lula e do Ministro Gilberto Gil, criou uma secretaria para assuntos de diversidade e identidade cultural e uma política específica para as comunidades indígenas, com apoio a projetos criados e administrados pelas aldeias. Inclusão digital, dentro do pacote.

Programa de índio na internet

Enquanto isso, as fitas cassete com o acervo do Programa de Índio estavam adormecidas em caixas de plástico, num armário, na cidade de São Paulo com o registro de um tempo, do início do movimento indígena, das lutas pela Constituição, com as vozes de centenas de pessoas indígenas.

O projeto de recuperação desse acervo era um sonho antigo que tomou forma e se tornou realidade. O projeto “Programa de Índio, história e histórias” foi aprovado pelo Edital Petrobras Cultural em 2007 e viabilizou um trabalho de mais de um ano para recuperação das fitas cassete, digitalização do áudio, mixagem, pesquisas de conteúdo e imagens para criação do site que agora disponibiliza 180 programas.

Um novo público, uma nova geração de indígenas e não indígenas, têm acesso agora a esse conteúdo. Jovens de várias etnias acessam o site de dentro das aldeias ou de lan houses nas cidades próximas às aldeias e se comunicam através de depoimentos, revelando sua surpresa ao ouvir avós, tios, parentes próximos ou distantes, ao conhecer novas culturas e a arte de outros povos. Antigos ouvintes do programa se emocionam com as histórias e músicas; pesquisadores, educadores podem usar novamente esse conteúdo em suas aulas, em suas teses. Novas perspectivas se abrem a cada momento.

As comunidades que conheciam o poder do programa já demandam novas edições, com conteúdos e suportes novos, como o vídeo. Se o Programa de Índio vai voltar, se através de uma rádio convencional e/ou numa Web rádio, se novos formatos serão criados... tudo depende do interesse e do envolvimento dos povos indígenas. Eles souberam criar o programa, no momento e na forma certa. Saberão agora definir o futuro do projeto, as possibilidades de uso para essa ferramenta nova e versátil que é a rede de computadores. Mas a ligação afetiva ao rádio permanece. O rádio, como as narrativas tradicionais, traz a palavra criadora, faz a imaginação viajar, supera o tempo e a distância, instiga e pacifica.

O site www.programadeindio.org foi reformulado com apoio de Edital da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo e, além dos programas históricos, traz agora uma nova série radiofônica, o Aldeias Sonoras, e espaço para novos conteúdos das aldeias em vídeo, áudio, desenhos, fotografias, literatura.

Referências Bibliográficas

PAPPIANI, A. *Povo Verdadeiro – os povos indígenas no Brasil*. São Paulo: Editora Ikorê, 2009.